

O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil

Por Bernardo Mançano Fernandes*

■ A formação do MST.

O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma organização social muito conhecida por suas ações, principalmente, por causa das ocupações de terra, de prédios públicos e de enfrentamento com o governo. Por meio dessas ações, o MST tem conquistado a terra e um conjunto de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais. Dessa forma, os sem-terra vêm se ressocializando e lutando contra a exclusão.

No princípio da formação do MST (1979-1984), os sem-terra construíram suas primeiras experiências, cientes de que eram herdeiros da resistência camponesa. Desde essa época, sabedores de que a questão agrária não mudaria, a não ser por meio de suas ações, esses trabalhadores rurais começaram a construção de um movimento social que se tornaria, na década de 1990, uma das mais importantes organizações sociais do Brasil.

Em janeiro de 1984, fundaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na primeira metade da década de 1980, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, órgão vinculado à Igreja Católica, os sem-terra se organizaram em cinco estados: Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

No período de 1985 – 1990, o MST se territorializou nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e em parte da região amazônica. Territorializar-se significa desenvolver um processo de luta e de conquista da terra, que acontece por meio da ocupação das propriedades que não estão cumprindo com a sua função social. Ao realizarem a ocupação e estabelecerem o acampamento, as famílias criam uma determinada conjuntura política que será modificada por meio de negociações envolvendo sem-terra, latifundiário e governo, entre outras organizações que apóiam a reforma agrária: sindicatos de trabalhadores, partidos políticos etc.

* Geógrafo, professor e pesquisador da Unesp – campus de Presidente Prudente. Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
e-mail: bmf@prudente.unesp.br



Para a mudança dessa conjuntura é necessária a negociação política mediada por diferentes forças e interesses. De um lado a reação dos latifundiários por meio da contratação de pistoleiros e pedidos de liminares de reintegração de posse. De outro lado, os sem-terra resistem à reintegração e enfrentam os pistoleiros. Fazem marchas até as cidades, realizam manifestações e ocupam prédios públicos como formas de pressionar o governo na tentativa de uma solução para o conflito. Nesse contexto, os governos federal e estaduais procuram uma resposta para a questão agrária por meio da desapropriação ou compra da área ocupada. Noutras vezes, as famílias são despejadas violentamente pela polícia e ocupam outro latifúndio, de onde podem ser despejadas novamente. Os sem-terra ocupam e reocupam a terra até conquistarem o assentamento.

Desse modo acontece a territorialização da luta pela terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território, onde os sem-terra vão construir uma nova comunidade. A luta pela terra leva a territorialização porque com a conquista de um assentamento abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Assim, a cada assentamento conquistado, o MST se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST de outros movimentos sociais e o torna um movimento socioterritorial. Quando a luta acaba na conquista da terra, não existe territorialização. É o que acontece com os movimentos sociais isolados que são criados em diversos estados brasileiros. Os sem-terra organizados no MST, ao

conquistarem a terra vislumbram uma nova conquista. Assim, também dimensionam a luta pela terra em luta pela educação, saúde, moradia, crédito agrícola, cooperação agropecuária etc.

Tal processo tem como ponto de partida e de retorno os trabalhos de base. São reuniões que os assentados fazem com as famílias interessadas em lutar pela terra. Esses encontros acontecem nos bairros rurais, nos assentamentos, acampamentos e nas periferias de diversas cidades de todas as regiões do Brasil: nas escolas, nos salões paroquiais, nos sindicatos etc. Nesses trabalhos são construídos espaços de socialização política, onde são definidas as ações de luta pela terra. Esses trabalhos podem demorar meses ou anos, desde a formação dos grupos de famílias à ocupação de um ou mais latifúndios, os enfrentamentos com jagunços e com a polícia, até as negociações com o governo e a implantação dos assentamentos.

Na década de 1990, o MST se tornou um movimento nacional. Territorializou-se para os Estados do Pará, Mato Grosso, Tocantins e no Distrito Federal, organizando em 23 estados da federação. Desde 1986, o Movimento intensificara as discussões a respeito da organização do trabalho e da produção nos assentamentos. Conhecedores das conquistas e fracassos da histórica luta camponesa e da lógica do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, os sem-terra determinaram como princípio do MST: não separar nunca nas lutas pela terra e pela reforma agrária a dimensão econômica da dimensão política.

Na década de 1990, principalmente desde a segunda metade, o MST tornou-se conhecido nacionalmente, bem como em diversos países. Todavia, infelizmente, esse conhecimento foi resultado muito mais dos massacres que os sem-terra sofreram do que necessariamente pela efetivação das reivindicações do Movimento. Em 1995, o massacre de Corumbiara em Rondônia e em 1996 o massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, projetaram a questão agrária brasileira e seus principais protagonistas: os sem-terra. Por outro lado, o MST também se tornou conhecido pelas ocupações massivas de terra e pelo processo de ressocialização de parte da população excluída pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária.

De 1995 até 1999, foi o período em que mais se implantou assentamento no Brasil (ver quadro 1). Também foi o período em que mais se ocupou terra no país (ver quadro 2). O crescimento das ocupações aconteceu, principalmente por causa da territorialização do MST. De 1996 a 1998, o número de ocupações cresceu 50% e o número de famílias aumentou 21%. A organização dos movimentos sociais, o aumento do desemprego no campo e na cidade, obrigou o governo federal a implantar uma política de assentamentos rurais. Atendimento das ocupações e do número de famílias é de crescimento. A decréscimo do número de ocupações e de famílias do MST é resultado do acúmulo de famílias acampadas. Em 31 de dezembro de 1999, estavam

Quadro 1 - Brasil - Assentamentos Rurais - 1979 - 1999

| Período | Nº Assentamentos | % | Nº Famílias | % | Nº Hectares | % |
|--------------|------------------|--------------|----------------|--------------|-------------------|--------------|
| 1979/1994 | 1.193 | 27,5 | 166.378 | 33,1 | 8.942.407 | 37,4 |
| 1995/1999 | 3.180 | 72,5 | 337.064 | 66,9 | 14.909.812 | 62,6 |
| Total | 4.373 | 100,0 | 503.442 | 100,0 | 23.852.219 | 100,0 |

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST. Bases de dados: INCRA-MST-ITESP-CPT.

Quadro 2 - 1996/1999 - Brasil - Número de ocupações e número de famílias - participação do MST

| Ano | Nº total de ocupações | Nº total de famílias | Nº ocupações feitas pelo MST | % | Nº famílias vinculadas ao MST | % |
|--------------|-----------------------|----------------------|------------------------------|-----------|-------------------------------|-----------|
| 1996 | 398 | 63.080 | 176 | 44 | 45.218 | 72 |
| 1997 | 463 | 58.266 | 173 | 38 | 28.358 | 49 |
| 1998 | 599 | 76.482 | 132 | 22 | 30.409 | 40 |
| 1999 | 249* | 29.223* | 149** | 60 | 24.519** | 83 |
| Total | 1709 | 227.051 | 630 | 37 | 128.504 | 57 |

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 1999. Bases de dados: CPT - MST - INCRA. * até abril. ** até maio.

Procuraram formar a compreensão de que a luta não termina na conquista da terra. Essa é apenas uma fase. Desse modo, organizam simultaneamente a cooperação agrícola e as ocupações de terra, a formação técnica e a formação política. Essa concepção faz com que o MST atue diretamente na formação tecnológica, na educação e se preocupe com a socialização das conquistas com vistas à qualidade de vida dos assentados.

acampadas 67.704 famílias organizadas no MST.

■ **A questão agrária brasileira no limiar do século XXI.**

De fato, o MST vem lutando para transformar a questão agrária brasileira. Todavia, essa mudança é para evitar o pior. O modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária implantado desde os governos militares (1964

– 1984), intensificou a concentração fundiária com a expropriação e a expulsão dos pequenos agricultores. Isso porque privilegiou os produtores capitalistas em detrimento dos produtores camponeses. Com o desenvolvimento tecnológico: mecanização, utilização de insumos agrícolas, aumentou-se a produtividade com a diminuição da área cultivada. Nesse processo ocorreu o crescimento do desemprego no campo e na cidade, tornando-se um problema estrutural. Dessa forma, aumentou o número de famílias sem-terra ao mesmo tempo em que a agricultura capitalista utiliza menos terra. Essa realidade torna impossível evitar as ocupações e tentar segurar a luta pela terra, por mais que os latifundiários desenvolvam discursos afirmando que as ocupações são uma afronta à propriedade privada. Na verdade, quando se faz uma ocupação é a

realizá-la, o governo federal tenta incriminar os sem-terra, criando leis que os condenam se ocuparem a terra. Embora essa tem sido a forma mais eficaz de garantir a condição de vida de suas famílias.

Desde a origem do MST até o ano de 1999, a ocupação massiva da terra tornou-se uma importante forma de acesso à terra. Conforme o quadro 3, observa-se que 77% dos assentamentos implantados nas regiões Sul e Sudeste, nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás e nos Estados do Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco (período 1986-1997), foram originados por meio de ocupações de terra. É por meio dessa ação, que os sem-terra tentam diminuir o processo de exclusão causado pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária e se

Quadro 3 - 1986/1997 - Número de assentamentos segundo a origem

| Estado | Origem Ocupação pelos Sem-Terra | Origem Projeto do Governo | Sem Informações |
|--------------------|---------------------------------|---------------------------|-----------------|
| Rio Grande do Sul | 159 | 0 | 0 |
| Santa Catarina | 94 | 6 | 2 |
| Paraná | 158 | 22 | 4 |
| São Paulo | 79 | 4 | 0 |
| Rio de Janeiro | 45 | 3 | 0 |
| Espírito Santo | 32 | 3 | 0 |
| Minas Gerais | 80 | 16 | 0 |
| Mato Grosso do Sul | 22 | 25 | 7 |
| Goiás | 63 | 23 | 31 |
| Ceará | 92 | 89 | 4 |
| Alagoas | 21 | 7 | 6 |
| Sergipe | 28 | 12 | 0 |
| Pernambuco | 106 | 22 | 0 |

Fonte: DATALUTA, 1998.

sobrevivência das famílias sem-terra que está em questão.

Por outro lado, o preço da terra vem diminuindo. Nessa conjuntura, a renda da terra também diminui, o que faz com que os latifundiários prefiram vender suas terras para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), porque é um negócio mais vantajoso do que manter a terra, com o risco de vê-la ocupada pelos sem-terra. E, também, para evitar as ocupações, o Governo Federal criou o Banco da Terra, uma maneira de mercantilizar a questão agrária. O fato é que pela inexistência de um plano de reforma agrária, procura-se medidas paliativas. E todas elas implicam em não penalizar a elite agrária, que com a venda das terras transferem seu capital para outro setor da economia.

Por mais que se tente impedir as ocupações, criminalizando-as e considerando-as somente como manifestações políticas, na realidade, o Estado só tem um meio para evitá-las: fazer a reforma agrária – o que é de sua exclusiva competência, conforme a Constituição. Ao não

ressocializam, construindo sua própria existência.

Na realidade, na confrontação entre a exclusão causada pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária e a ressocialização causada pela implantação dos assentamentos resultantes das ocupações ou de projetos governamentais, os sem-terra estão perdendo. A exclusão é maior que a ressocialização. O número de famílias assentadas ainda é menor que o número de famílias expropriadas. A área destinada aos assentamentos ainda é menor que as áreas incorporadas pelos latifúndios, ou seja, continua a concentração fundiária. Até o presente, nem as ocupações dos sem-terra, nem os projetos do governo foram suficientes para mudar a estrutura fundiária.

Esse processo faz parte da lógica de desenvolvimento do capitalismo. Na agricultura, a tendência é de destruição e de recriação do campesinato. Com o desenvolvimento econômico acontece a diferenciação entre estes agricultores: uma pequena parte compra mais terra e contrata trabalho assalariado; uma grande parte empobrece,

perde a terra e vai trabalhar como assalariado; outra parte intermediária tenta se manter entre essas duas condições. Evidente que os sem-terra estão contidos na maior parte.

Dito desenvolvimento além de ser desigual é contraditório. Na região do Pontal do Paranapanema – Estado de São Paulo, por exemplo, alguns pecuaristas arrendam terras para pequenos produtores por um período determinado, para plantarem algodão, mandioca, milho etc., e depois devem entregar a terra com o capim plantado. Ao invés dos proprietários terem que investir para plantar o capim, eles ganham com o arrendamento porque ficam com parte da renda do que foi produzido e tem o replantio do capim sem nenhum custo. Na realização desses arrendamentos, há a recriação do trabalho familiar. Outra forma, de recriação do campesinato é por meio da ocupação de terra, que é a ação que mais tem se intensificado no Brasil.

Frente a essa realidade, o MST resiste e luta para transformar a questão agrária. Mas, diante da atual conjuntura política, é muito mais uma forma de resistência do que de transformação. Sem as ocupações e a conquista da terra, as famílias sem-terra estariam nas periferias das cidades somando-se ao grande número de excluídos.

Por isso, é importante salientar que vem aumentando o número de desempregados urbanos na luta pela terra. No Estado de São Paulo, o MST realizou ocupações de terra exclusivamente com desempregados urbanos lutando contra a percepção que somente devem ser assentados os trabalhadores rurais. Muitas famílias que participam das ocupações sofreram com o êxodo rural das décadas de 1950 até 1980, quando mais de trinta milhões de camponeses migraram para as cidades para trabalharem na indústria e no comércio. Hoje não conseguem emprego e parte dessa população não encontra condições de vida nas cidades. Desse modo, ocupam a terra e muitos trabalhadores urbanos estão se transformando em agricultores familiares por meio das ocupações de terra.

Aimplantação dos assentamentos representa um impacto socioterritorial importante, promovendo o desenvolvimento local. Nessas áreas, os sem-terra constroem sua própria existência por meio da geração de renda e trabalho. Existem várias lutas após a conquista da terra: luta por crédito agrícola, por escola no assentamento, por moradia, por estradas, por transporte coletivo, por energia elétrica, por saúde etc., que levam a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. A conquista da terra é condição essencial para o avanço dessa luta pela cidadania. Desse modo, os sem-terra contribuem para o crescimento da agricultura familiar. Assim, derrubam as cercas dos latifúndios e a velha rígida tese que defende o fim do agricultor familiar como tendência

inevitável do desenvolvimento do capitalismo.

Nesta década, o MST criou uma rede de cooperativas em todas as regiões brasileiras e fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB. Também fundou escolas, criou cursos de educação básica e fez convênios com diversas universidades para realização de cursos de nível superior, para formação técnica e política. Ampliou, dessa forma, sua participação na questão agrária, elaborando estudos que propõem outro modelo de desenvolvimento para a agropecuária. Nesse sentido, avança nas lutas políticas e econômicas, ao mesmo tempo em que sofre ataques de outras instituições, principalmente do governo e dos latifundiários. Na realidade, o que está em questão são projetos políticos de desenvolvimento para o Brasil.

De um lado, o governo e os ruralistas querem manter o velho modelo econômico de exclusão dos trabalhadores. De outro lado, uma proposta que discute a participação democrática dos trabalhadores e um projeto de desenvolvimento da agropecuária e do país. Entretanto, na história do Brasil, a maior parte da população sempre esteve à margem das decisões políticas. A política clientelista controlou essa marginalização sob um discurso pseudodemocrático. Mas todas as vezes que essa população se manifesta, rompendo com concepção de dependência enraizada, o Estado responde com violência e deixa para a mídia construir a idéia de que violentos são os revoltosos. Isso aconteceu com as principais revoltas camponesas, foi assim nas manifestações dos índios e dos sem-terra em Porto Seguro, na semana de 22 de abril de 2.000, quando o governo federal comemorava os “500 anos da descoberta do Brasil”.

Portanto, o MST incomoda as elites. No mês de maio de 2.000, o Movimento sofreu uma dos ataques mais ferozes da mídia e do governo. O governo acusou o Movimento, que ocupou prédios públicos nas principais capitais do país, de “colocar em risco a democracia” e mandou prender várias lideranças. Na verdade, o que está em questão não é a democracia, que também é sustentada pelos movimentos sociais, mas sim um modelo de desenvolvimento econômico que não oferece perspectiva de futuro para os trabalhadores.

Não há como evitar a reforma agrária. Não há como continuar adiando esse processo que se arrasta por séculos. As experiências construídas nesses vinte anos pelas ocupações de terra e pela implantação dos assentamentos são lições que ajudam a projetar um futuro melhor para o campo e, portanto, para o Brasil.

■ Bibliografia

Benjamim, César (Org.) *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

Fernandes, Bernardo Mançano. *A Formação do MSTno Brasil*. Editora Vozes: Petrópolis, 2.000.